# Análise da Implementação e Impactos da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil

**Autor(res)**

Thiago Luiz Sartori
Gilson Levino Soares Neves

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

ANHANGUERA - EAD

**Introdução**

A formação de professores de Educação Física no Brasil passou por significativas transformações ao longo da história, culminando na promulgação de leis e diretrizes que visam qualificar e regulamentar a atuação profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em conjunto com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, estabeleceu um marco legal para a estruturação dos cursos de licenciatura em Educação Física. Este resumo expandido busca apresentar uma análise abrangente sobre a implementação e os impactos dessa legislação no cenário educacional brasileiro, considerando os desafios e as perspectivas para a área. Compreender a efetividade da lei na formação de profissionais competentes e engajados é crucial para o desenvolvimento da Educação Física escolar e para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis na sociedade.

**Objetivo**

Quais são os principais desafios e impactos da implementação da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil, considerando as perspectivas de professores formadores, licenciandos e profissionais atuantes na Educação Básica? Identificar as principais mudanças curriculares e pedagógicas introduzidas pela lei nos cursos de licenciatura em Educação Física.

**Material e Métodos**

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, utilizando a pesquisa documental como principal método de coleta de dados. A pesquisa documental se mostra pertinente para investigar a Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física, analisando documentos oficiais que fundamentam e regulamentam essa formação no Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 e suas alterações.
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, especialmente aquelas que se referem à Educação Física.
Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionados à formação de professores de Educação Física.

**Resultados e Discussão**

Os resultados da pesquisa revelem os avanços e os desafios decorrentes da implementação da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física. A análise evidencia mudanças curriculares significativas nos cursos, como a maior ênfase em aspectos pedagógicos, inclusão e diversidade, bem como a articulação entre teoria e prática. As percepções dos professores formadores em relação à adequação da formação inicial às demandas da Educação Básica e as dificuldades encontradas na implementação das diretrizes legais. As experiências dos licenciandos indica a sua preparação para os desafios da profissão e suas expectativas em relação ao mercado de trabalho. A avaliação do impacto da formação na prática pedagógica dos professores atuantes permitirá identificar a influência da lei na qualidade do ensino de Educação Física, nas metodologias utilizadas e no engajamento dos alunos.

## Conclusão

A pesquisa visa fornecer um panorama abrangente sobre a implementação e os impactos da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil. A análise dos dados coletados permitirá identificar os pontos fortes e fracos da legislação em relação à formação de professores competentes e engajados.

## Referências

BRASIL. Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022. Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2022. Seção 1, p. 10.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27842.